

APRESENTAÇÃO

A Revista Jurídica Unicuritiba número 53, primeira dentre as quatro anuais, permanece seguindo a linha editorial composta por artigos cujas temáticas envolvem os latentes questionamentos que compõem as bases jurídicas do Direito Empresarial, do conceito multidimensional de Cidadania e dos anseios sócio econômicos inerentes ao Desenvolvimento Sustentável.

Com intuito de alertar para a responsabilidade civil de forma que cada cidadão possa valer de seus direitos em uma troca de conhecimentos, apresentam-se artigos na busca de melhores soluções para a sociedade como um ente em mutação, cujo objetivo comum de todo pesquisador é contribuir para a evolução do campo jurídico.

No artigo escrito em francês ***Etude d'une relation incontournable: les indications géographiques et la protection du patrimoine culturel immatériel***, a autora Marta Carolina Giménez Pereira realiza um estudo acerca das indicações geográficas e da proteção do patrimônio cultural imaterial, analisando seus sucessos e fracassos em uma perspectiva de direito comparado.

Os autores Thiago Paluma e Luis Carlos Álvarez Rosero, no artigo escrito em espanhol e intitulado ***El derecho y multiculturalismo: los Estados y su reconocimiento constitucional a grupos sociales indígenas en latinoamerica en garantía de sus derechos fundamentales***, abordam o conceito de multiculturalismo definido através do campo filosófico de Will Kymlicka e sua vinculação com o campo jurídico.

Marcelo Kokke e Marcio Luis de Oliveira, no artigo ***Digital pollution: going beyond the limits of virtual***, enfatizam que a tutela ambiental deve promover medidas socioambientais de explicitação dos efeitos de degradação oriundos do meio ambiente digital e, deste modo, tentar mensurar os níveis de poluição gerados por

arquivamento de dados digitais, geração de informações eletrônicas, serviços de internet e estocagem cumulativa de dados em servidores eletrônicos.

International conflicts and peace agreements: the case of the revolutionary armed forces and the Colombian state é o título do artigo escrito em inglês pelos autores Florisbal de Souza Del Olmo e Charlise Paula Colet Gimenez, no qual abordam os conflitos internacionais e acordos de paz baseados no estudo das Forças Armadas e no caso do Estado colombiano.

Feliciano Alcides Dias, no artigo ***L'arbitrato nella prospettiva economica del diritto: un'alternativa per la democratizzazione dell'accesso alla giustizia nelle relazioni imprenditoriali***, analisa a arbitragem sob a perspectiva econômica do direito como uma alternativa para a democratização do acesso à justiça nas relações empresariais.

No artigo **Proteção estatal, informação e a capacidade das pessoas com deficiência na perspectiva dos direitos fundamentais**, os autores Alexandre Barbosa da Silva e Phillip Gil França enfatizam que para o exercício da democracia idealizada no texto constitucional, não se pode fugir da concepção de compartilhamento social de informação em prol da pessoa protegida pelo Estatuto das Pessoas com Deficiência, que tem como partícipe primordial o poder público.

O autor Valter Moura, em seu artigo intitulado **Validade da tributação em relação à monetização auferida por meio do fornecimento gratuito de dados e do desenvolvimento e disponibilização gratuitos de programas e aplicativos**, aborda a validade da tributação por meio da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS tendo em vista a monetização auferida através dos serviços de fornecimento aparentemente gratuitos de informações, dados e cadastros dos usuários de sites e blogs, bem como em relação ao desenvolvimento e disponibilização de programas, sistemas e aplicativos, também de forma aparentemente gratuita.

A sociedade juridificada e o desmoronamento simbólico do homem democrático: relações entre judiciário, mídia e opinião pública é o título da pesquisa desenvolvida por Dennis Verbicaro, Loiane Prado Verbicaro e Ana Victoria Delmiro Machado, em que estudam o fenômeno do ativismo judicial a partir da análise da interferência do discurso midiático na formulação da opinião pública, para compreender de que modo essa relação propicia a construção de uma sociedade hiperjudicializada.

Fabrizio Germano Alves e Ângela Samara de Araújo, no artigo intitulado **Análise da imposição contratual da arbitragem como instrumento de resolução dos conflitos de consumo**, tratam da arbitragem nas relações de consumo, abordando questões referentes a possibilidade de utilização da arbitragem como meio de resolução dos conflitos existentes nas relações de consumo.

O artigo **Pacto Federativo em crise – uma análise na visão dos municípios da segurança jurídica e da dignidade humana**, escrito pelos autores Octavio Campos Fischer e Luciano Marlon Ribas Machado, analisa o pacto federativo, suas transformações e a necessidade de segurança jurídica para a estabilização da federação e demonstra que não é mais viável ao Município suportar imposições fixadas pela União e Congresso Nacional sem que seja atribuída a competência tributária, criando um sistema adequado de redistribuição fiscal.

André Studart Leitão, Cíntia Brunetta e Fernando Sergio Studart Leitão Filho, no artigo **Vidas esquecidas: reforma psiquiátrica e desinstitucionalização**, analisar as políticas públicas brasileiras voltadas à execução das diretrizes de incentivo à desinstitucionalização trazidas pela Lei 10.216/2001, além de tecer comentários a respeito da responsabilidade estatal em virtude da inexecução sistemática das diretrizes da Reforma e da necessidade de reformulação da política de assistência focalizada em pacientes egressos dos hospitais psiquiátricos.

Desvendando a flexibilização do direito do trabalho como solução para a crise econômica brasileira: o que os noticiários não contam é o título do artigo escrito pelas autoras Isabele Bandeira de Moraes D`Angelo e Rebeka Yasmim

Teotônio Pereira Rabêlo, no qual analisam as implicações da flexibilização dos direitos sociais do trabalho imposta como forma de impulsionar o desenvolvimento econômico, e noticiada como solução para o momento de crise.

Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva, Emerson Albuquerque Resende e Sofia Vilela de Moraes e Silva analisam o funcionamento das agências do Sistema Nacional de Emprego – SINE em relação à inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, colocando em debate a persistência do número reduzido de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mesmo o Brasil possuindo mais uma das legislações mais avançadas do mundo em termos de inclusão desse grupo, inclusive com a recepção da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência recepcionada com status de norma constitucional, no artigo intitulado **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado do trabalho no brasil: em busca da efetividade das agências do sistema nacional de emprego.**

Marcos Ehrhardt e Marcio Roberto Torres apresentam o artigo **Direitos fundamentais e as relações privadas: superando a (pseudo)tensão entre aplicabilidade direta e eficácia indireta para além do patrimônio**, que tem por finalidade analisar o fenômeno da constitucionalização do direito privado e seus reflexos na autonomia privada. Uma das premissas básicas do trabalho é a de que a autonomia privada é essencial para o desenvolvimento das relações sociais, garantindo-se determinado grau de liberdade e espontaneidade que não ofenda o núcleo essencial dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.

No artigo **Recuperação judicial: instrumento jurídico de concretização da função social e ambiental da empresa e mantenedor da fonte geradora de empregos e das gerações presentes e futuras**, as autoras Regina Vera Villas Boas e Fábria de Oliveira Rodrigues Maruco ressaltam a importância do instituto da recuperação judicial, previsto na Lei nº 11.101/05, observando que corroborar a superação da crise financeira do devedor é imprescindível à manutenção da fonte produtora de emprego dos trabalhadores e, também, aos interesses dos credores, objetivando a efetiva preservação e exercício da função social e ambiental da empresa, restabelecendo e expectando a preservação da sua atividade social, econômica e ambiental.

A "**Cidade dos Espíritos**" do voo 1907: análise do dano espiritual da etnia indígena **Mebêngôkre Kayapó** é o título do artigo apresentado pelos autores Gilberto Fachetti Silvestre, Davi Amaral Hibner e Gabriel Abrue Frizzera, que tem como objetivo analisar as nuances que rodeiam o conceito de dano espiritual. Para tanto, utiliza conceitos extraídos do acordo indenizatório firmado entre a Etnia Indígena Mebêngôkre Kayapó e a Gol Linhas Aéreas S.A, por danos causados à Terra Indígena Capoto-Jarina, onde os antigos índios habitantes da região se viram impedidos de ter acesso a tal área, pois acreditam que o lugar se tornou inabitável para os seres humanos.

André Lipp Pinto Basto Lupi, Demetrius Nichele Macei e Manoela Pereira Moser apresentam o artigo **Fundo Monetario Internacional e os Acordos de Stand-By**, no qual analisam a natureza jurídica dos acordos de stand-by realizados pelo Fundo Monetário Internacional e o controverso sistema de condicionalidades. Considera quais as consequências destes acordos para a soberania e democracia nacional, através da exposição do divergente posicionamento doutrinário acerca do tema.

No artigo **A efetividade dos direitos humanos como fator de desenvolvimento nas fronteiras globalizadas do Mercosul**, os autores Vladimir Oliveira da Silveira e Elio Ricardo Chadid da Silva abordam a problemática da efetividade dos direitos humanos como fator de desenvolvimento das fronteiras do Mercosul sob a perspectiva do Direito Internacional dos Direitos Humanos, e como o fenômeno da globalização alterou o tratamento das questões envolvendo a temática.

Samyra Haydee Dal Farra Napolini e Ana Elizabeth Lapa Wanderley Cavalcanti apresentam sua pesquisa que tem como objetivo desenvolver uma linha de raciocínio sobre a importância da informação na área da saúde e dos problemas que podem causar as notícias falsas, também conhecidas como fake news em casos de saúde pública, no artigo intitulado **Direito à saúde na sociedade da informação: a questão das fake news e seus impactos na vacinação**.

No artigo **O Supremo Tribunal Federal e o controle de convencionalidade: Um estudo em comemoração aos 30 anos da Constituição de 1988**, apresentado pelo autor Sidney Guerra, analisa-se a aplicação de normas jurídicas internacionais pelo Supremo Tribunal Federal, notadamente as de proteção dos direitos humanos e, por consequência, do controle de convencionalidade. Embora a observância do instituto não seja novo no Brasil, evidencia-se que o Supremo Tribunal Federal tem-se utilizado muito pouco (ou quase nada) do mesmo.

O estudo acerca do problema trazido pela redação do artigo 20 da nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, sobretudo do dever de consideração das consequências práticas da decisão como possibilidade de utilização de argumentos consequencialistas configura o artigo apresentado por Fausto Santos de Moraes e Lucas Zolet, intitulado **A nova LINDB e os problemas da argumentação consequencialista**.

No artigo **Aspectos controversos e vantagens do Bitcoin: análise da visão das Instituições Financeiras Brasileiras**, Felipe Chiarello de Souza Pinto, Adriana Coppo Cyrino e Tais Ramos analisam o que vem a ser o Bitcoin e ao mesmo tempo, aprofundar o estudo jurídico acerca desta novidade que atinge as normas jurídicas, financeiras e tecnológicas. A complexidade trazida ao mundo pelo Bitcoin e sua aceitação por diversos segmentos fazem com que seja um interessante objeto de estudo a ser desenvolvido.

Atuaram como **avaliadores** nesta edição da Revista:

- Prof. Clayton Reis – Unicuritiba
- Prof^a Dr^a Elisaide Trevisam – UFMS
- Prof^a. Dr^a. Flavia Piva Leite – Unesp/SP
- Prof. Dr. Frederico Eduardo Zenedin Glitz – Unochapecó/SC
- Prof. Dr. Gerardo Clésio Maia Arruda - Centro Universitário Christus/CE

- Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho – UFBA
- Prof^a. Dr^a. Irene Maria Portela – IPCA/Portugal
- Prof. Dr. Ivo Dantas – UFPE
- Prof. Dr. Kiwonghi Bizawu – UDHC/MG
- Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFSE
- Prof^a. Dr^a. Mara Vidigal Darcanchy - ILO/OIT
- Prof. Dr. Marcelo Antonio Theodoro – UFMT
- Prof. Dr. Mauricio Timm do Valle – UCB/DF
- Prof. Dr. Orides Mezzaraoba – UFSC
- Prof. Dr. Rubén Miranda – Universidad de Santiago de Compostela
- Prof^a. Dr^a. Sandra Regina Martini – Uniritter/RS
- Prof^a. Dr^a. Valeska raizer Borges Moschen – UFES
- Prof. Dr. Valmir Pozzetti – UFAM
- Prof. Dr. Vladmir Silveira – UFMS
- Prof. Dr. Wagner Menezes – USP